

EMERSON CATURELI
Mestre em Direito Tributário

**ARBITRAMENTO DO LUCRO
NO LANÇAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA**

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, inverno de 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

CATURELI, Emerson

Arbitramento do Lucro no Lançamento do Imposto sobre a Renda
/Emerson Catureli — São Paulo : Quartier Latin, 2006.

ISBN 85-7674-153-9

1. Direito Tributário I. Título

SUMÁRIO

Agradecimentos	13
Prefácio	15
Introdução	23
Capítulo I - Lucro Arbitrado: Natureza Jurídica	25
I.1- Direito Tributário material: base de cálculo	25
I.2- Base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas	29
I.2.1- Competência para a tributação da renda	29
I.2.2- Conceito de renda no Código Tributário Nacional	33
I.2.3- Base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas: lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado	34
I.3- Lucro arbitrado no Direito Tributário brasileiro	36
I.3.1- Aspectos históricos	36
I.3.2- Natureza jurídica do lucro arbitrado	45
I.3.2.1- Natureza sancionadora do lucro arbitrado	46
I.3.2.2- Natureza processual probatória do lucro arbitrado	58
I.3.2.2.1- Dificuldades na prova da base de cálculo e a conseqüente atribuição de natureza processual probatória ao lucro arbitrado	58
I.3.2.2.2- Prova (conceito) e o problema da verdade	61
I.3.2.2.3- Prova: classificação	63
I.3.2.2.4- Presunções: conceito e classificação	66
I.3.2.2.5- Presunções: admissibilidade e limites no Direito Tributário	74
I.3.2.2.6- Lucro arbitrado como presunção	80
I.3.2.3- Natureza material do lucro arbitrado	86
I.3.2.3.1- Lucro arbitrado como ficção	87
I.3.2.3.1.1- Ficção: conceito e limites no Direito Tributário	87

Localização: 336.215(81)

C369a

Código de barras: STJ00065402

I.3.2.3.1.2-Lucro arbitrado como ficção: conclusão	91
I.3.2.3.2- Lucro arbitrado como base de cálculo excepcional e subsidiária	95
I.3.2.3.2.1- Princípio da capacidade contributiva: características	95
I.3.2.3.2.2- Capacidade contributiva e praticabilidade: a simplificação da lei tributária	99
I.3.2.3.2.3-Renda normal, média ou potencial como base de cálculo do imposto sobre a renda	107
I.3.2.3.2.4-Lucro arbitrado como base de cálculo excepcional e subsidiária: conclusão	115
 Capítulo II - Hipóteses de Aplicação e índices de Apuração do Lucro Arbitrado	119
II.1- Hipóteses de aplicação do lucro arbitrado	119
II.1.1- Caráter excepcional e subsidiário do lucro arbitrado	119
II.1.2- Hipóteses legais que autorizam o arbitramento do lucro pela autoridade administrativa	125
II.1.2.1- Não manutenção da escrituração na forma das leis comerciais e fiscais ou ausência de demonstrações financeiras	126
II.1.2.2- Indícios de fraude, vícios, erros ou deficiências da escrituração ue impeçam a identificação da movimentação financeira ou a determinação do lucro real	130
II.1.2.3- Não apresentação, à autoridade tributária de livros e documentos	132
II. 1.2.4- Opção indevida pelo lucro presumido	133
II. 1.2.5- Ausência de separação entre a apuração do lucro do comitente residente ou domiciliado no exterior e o lucro da atividade exercida pelo comissário ou epresentante da pessoa jurídica estrangeira	135
II.1.2.6- Deficiências do Livro Razão ou das fichas utilizadas para resumir e totalizar os lançamentos efetuados no Diário	136
II.1.3- Arbitramento do lucro pelo contribuinte	137
II.2- índices para a apuração do lucro arbitrado	138

Localização: 336.215(81)

C369a

Código de barras: STJ00065402

II.2.1- Base de cálculo apurada a partir da receita bruta	140
II.2.2- Base de cálculo apurada a partir do lucro real referente ao último período com escrituração regular	143
II.2.3- Base de cálculo apurada a partir da soma dos valores do ativo circulante, realizável a longo prazo e permanente	145
II.2.4- Base de cálculo apurada a partir do valor do capital social	147
II.2.5- Base de cálculo apurada a partir do valor do patrimônio líquido	148
II.2.6- Base de cálculo apurada a partir do valor das compras de mercadorias efetuadas no mês	149
II.2.7- Base de cálculo apurada a partir da soma dos valores da folha de pagamento dos empregados e das compras de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem	151
II.2.8- Base de cálculo apurada a partir da soma dos valores devidos a empregados	151
II.2.9- Base de cálculo apurada a partir do valor do aluguel devido	152
II.2.10- Verificação da adequação ao caso concreto do índice de apuração do lucro arbitrado: vinculação ou discricionariedade?	153
II.2.11- Prova em contrário	163
II.2.12- Necessidade de fundamentação	168
II.2.13- Alteração, pela autoridade julgadora no procedimento administrativo, do índice utilizado para a apuração do lucro arbitrado	170
Conclusões	173
Referências Bibliográficas	177
Jurisprudência	190